

Senado reage a STF e aprova marco

Votação terminou em 43 a 21 e ocorreu em meio a uma rebelião no Congresso contra julgamentos recentes do Supremo

A crise política entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) por conta de pautas em votação na Corte atingiu o ápice ontem, com a ameaça de 17 frentes parlamentares e lideranças de dois partidos de direita de paralisar as agendas da Câmara e do Senado. A rebelião também levou à aprovação, de forma relâmpago pelos senadores, do projeto de lei que institui o marco temporal para demarcação de terras indígenas, menos de uma semana após a tese jurídica ter sido declarada inconstitucional pela Corte.

O projeto do marco temporal foi enviado ao plenário em regime de urgência e votado poucas horas depois de passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A aprovação, que cria um impasse jurídico, se deu por 43 votos a 21. O texto segue agora para sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo federal orientou o voto contrário ao projeto, mas partidos que têm cargos no Executivo (como PSD, União Brasil, MDB, PP e Republicanos) deram voto a favor do texto, impondo uma derrota à esquerda.

Revanchismo

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), negou que a aprovação do projeto seja revanchismo e alegou que a tramitação cumpriu "o rito natural e normal".

— É natural que o Congresso Nacional possa decidir a esse respeito e isso pode inclusive subsidiar o STF em relação ao entendimento quanto a este tema. É muito natural, não é um tipo de adversidade ou enfrentamento com o STF, é apenas uma posição do Congresso, considerando que nós reputamos que temas dessa natureza devem ser deliberados pelo Congresso — disse.

Durante a sessão da CCJ, alguns senadores deixaram claro que o movimento tinha um caráter de reação ao que entendem ser uma invasão do STF a prerrogativas do Legislativo.

— A Constituição Federal é muito clara em relação às competências do STF e do Poder Legislativo. Não dá para alguém vir aqui no Senado e sustentar em seu voto que o parlamento brasileiro está desafiando uma decisão do STF — disse o relator do projeto, Marcos Rogério (PL-RO).

Como fica agora

OMARCO TEMPORAL JÁ É LEI?

Não. O projeto foi aprovado no Congresso, mas, para virar lei, precisa ser sancionado pelo presidente Lula.

LULA PODE VETAR A LEI?

Sim. Nesse caso, o Congresso ainda tem a prerrogativa de derrubar o veto e promulgar a lei.

O QUE PODE ACONTECER SE A LEI FOR SANCIONADA?

O STF pode ser acionado por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada por algum partido, por exemplo. Como a Corte já fixou entendimento sobre o assunto, há chance de a lei acabar anulada.

OSTF PODERIA TER IMPEDIDO O CONGRESSO DE APROVAR A LEI?

Não. Em tese, a Corte só pode agir com a lei em vigor e apenas após ser provocado.

SE A LEI FOR ANULADA, O CONGRESSO PODE REAGIR NOVAMENTE?

Sim. Os parlamentares podem tentar instituir o marco temporal por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

Bancada gaúcha

Veja quem votaram os senadores do RS. Luis Carlos Heinze (PP) não participou.

FAVOR DO MARCO TEMPORAL

• Hamilton Mourão (Republicanos)

CONTRA O MARCO TEMPORAL

• Paulo Paim (PT)

Enquanto a discussão acontecia no Congresso, o STF concluiu o julgamento da ação relativa ao marco temporal, com a fixação da tese, ou seja, o entendimento que deverá ser usado por juízes de todo o país. Segundo o próprio Supremo, 226 processos aguardam o desfecho.

O principal ponto que estava pendente dizia respeito ao pagamento ou não de indenização para proprietários que perderam terras. Os ministros definiram que, caso não haja ocupação da terra indígena ou esbulho (usurpação da posse) na data da promulgação da Constituição, há "direito a justa e prévia indenização" pelas benfeitorias na propriedade. O pagamento poderá ser feito em dinheiro ou em títulos de dívida agrária.



Proposta foi enviada ao plenário em regime de urgência, horas depois de passar pela CCJ (foto)

“Não vamos aceitar”, afirmam parlamentares

O levante no Congresso contra o STF reúne quase 400 deputados (são 513 no total). A condição imposta para a volta à normalidade é que os ministros recuem em relação ao que foi classificado pelos deputados e senadores como “usurpação” de competência.

O deputado Pedro Lupion (PP), que preside a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), acusou a Corte de invadir prerrogativas do Congresso ao analisar ações como as que tratam da descriminalização do aborto e das drogas (veja abaixo). Somente a FPA reúne 374 parlamentares.

— É hora de começarmos a enviar um recado que reverbera na praça dos Três Poderes o mais alto possível: nós não aceitamos interferência — concluiu.

Os focos da tensão

MARCO TEMPORAL

• **O que houve:** o STF declarou inconstitucional na semana passada, por nove votos a dois, a tese jurídica segundo a qual só poderiam ser demarcadas como terras indígenas áreas que já eram ocupadas ou reivindicadas em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

• **A reação:** o Senado aprovou ontem, em regime de urgência, um projeto de lei que institui o marco. O texto já havia sido aprovado pela Câmara.

“

O Supremo age contra a Constituição. Estaremos unidos contra a ditadura que o STF tenta nos impor.

DOMINGOS SÁVIO (PL-MG)

Presidente da Frente Parlamentar do Comércio e Serviço da Câmara

O estopim para a crise foi a decisão do STF de derrubar a tese do marco temporal. O Congresso se articulou para votar o tema ao mesmo tempo em que os ministros analisavam o processo na expectativa de frear o Supremo e regulamentar a questão via projeto de lei. Os magistrados, no entanto, concluíram a votação antes de o texto terminar de ser apreciado pelo Senado, o que provocou a revolta dos parlamentares.

ABORTO

• **O que houve:** o STF abriu, na semana passada, no plenário virtual, o julgamento de uma ação que discute o aborto até a 12ª semana de gestação. A ministra Rosa Weber deu voto pela descriminalização. Em seguida, o julgamento foi transferido para o plenário físico e não tem prazo para ser retomado.

• **A reação:** na Câmara, deputados conservadores se movimentam para acelerar a tramitação de um projeto que cria o Estatuto do Nascituro e, na prática, mantém a criminalização do aborto.

Lira anuncia obstrução, mas recua

Em meio à queda de braço entre Congresso e STF, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou ontem pela manhã obstrução nos trabalhos da Casa. Neste caso, a manobra seria uma forma de pressionar o governo Lula, diante do impasse acerca de indicações do centrão para cargos para a Caixa Econômica Federal.

Após se reunir com líderes na residência oficial, incluindo o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), Lira recuou e pautou dois projetos para a sessão de ontem.

O recuo irritou a oposição. O líder da bancada, Carlos Jordy (PL-RJ), chegou a pedir a colegas para não registrarem presença.

DROGAS

• **O que houve:** o STF julga uma ação que discute se é crime o porte de maconha para uso pessoal. O julgamento foi interrompido há um mês, faltando apenas um voto para ser aprovada a descriminalização. Não há data para retomada.

• **A reação:** o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), protocolou proposta de emenda à Constituição (PEC) para criminalizar o porte de qualquer tipo de droga.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 8